

Comemorações, rituais e quotidianos na formação de professores (1959-1989)

Maria João Mogarro*

Este artigo analisa as comemorações, rituais e quotidianos que marcaram a existência de uma instituição de formação de professores, a Escola do Magistério Primário de Portalegre (1959 - 1989). A análise dos discursos que a instituição e os actores educativos produziram sobre a vida escolar permite também conhecer os valores, normas e regras que enquadraram os processos de formação e a actividade profissional. O período cronológico considerado abrange duas fases, uma anterior a 1974 e a outra a seguir à Revolução do 25 de Abril, tendo a Escola funcionado sob dois regimes político-ideológicos opostos. Esta instituição estabeleceu um regime fortemente disciplinar, baseado nos valores fundamentais do catolicismo conservador e do nacionalismo, e desenvolveu mecanismos de controlo sobre os comportamentos e as atitudes; após 1974, esta dimensão da vida escolar passou a ser marcada pelos princípios da liberdade e da autonomia. Foram utilizadas várias fontes de informação, como documentos de arquivo (livros de actas, relatórios, ordens de serviço), artigos de imprensa pedagógica, fotografias, materiais didácticos, trabalhos de alunos e entrevistas a directores, professores e alunos.

Palavras-chave

rituais; valores; controlo; autonomia; disciplina; formação de professores.

*UI&DCE – Universidade de Lisboa - ESE de Portalegre

As actividades circum-escolares numa instituição de formação de professores: as dinâmicas internas e a relação com o exterior

As actividades circum-escolares são um aspecto importante, mas relativamente esquecido, do funcionamento de uma instituição escolar. A Escola do Magistério Primário de Portalegre deu-lhe uma especial atenção, registando-as nas actas do conselho escolar, de 1959 a 1974, o que revela a poderosa função integradora e socializadora que lhes era conferida. Estas actividades assumiram conteúdos e formas diversificados, como veremos. Pela sua natureza, conferiam unidade ao funcionamento da Escola e permitiam superar o carácter fragmentário que a estrutura disciplinar apresentava. Tendo um conteúdo cultural, mas também lúdico, eram iniciativas que chamavam as pessoas da comunidade à Escola e projectavam a instituição no exterior – serviam, assim, para garantir visibilidade e notoriedade à actividade formadora, a par de uma afirmação que ajudava a Escola a consolidar a sua posição, a nível local.

Estas actividades permitem-nos apreender os ideários, os valores, as normas e as práticas que marcavam o quotidiano escolar e que estavam fortemente presentes nestas iniciativas. Esta apreensão é tanto mais significativa quanto elas constituíam rituais sob a forma de festas, comemorações, cerimónias e acontecimentos culturais em que os actores educativos investiam com particular cuidado, pois era a imagem da instituição que se projectava com tais realizações.

Uma das formas que estas actividades revestiam esteve próxima da estrutura curricular. Nos horários dos alunos, até 1974, surgem horas semanais (geralmente uma ou duas horas por actividade) específicas consagradas ao Orfeão e às conferências pedagógicas, estas no âmbito do estágio que constituía a parte final do curso. Também se dedicavam horas à Mocidade Portuguesa e à Mocidade Portuguesa Feminina, para actividades que se praticavam separadamente, segundo o género. Para estas organizações de juventude definiram-se horas semanais nos horários até 1967/68; no ano lectivo seguinte, surgiram as Actividades Circum-escolares, que se articularam com as anteriores. Havia uma gestão de tempos que tinha em conta o facto de as raparigas terem também a disciplina de Educação Feminina e, em consequência, terem a menos, nestas actividades, as horas que ocupavam naquela disciplina. A partir de 1969/70, desaparecem as referências relativas à Mocidade Portuguesa e à sua congénere feminina nos horários dos alunos, sendo definitivamente substituídas pelas Actividades Circum-escolares.

Ainda no âmbito de actividades sistemáticas que, tendo um carácter contínuo, surgiram nos horários, nos dois primeiros anos em que a Escola funcionou, houve um curso de Educação Estética (em 1959/60) e um outro de Pedagogia Religiosa (no ano lectivo seguinte). Ainda estiveram a ser organizados cursos de Literatura Medieval, de Dirigentes da Mocidade Portuguesa, Trabalhos Manuais para Rapazes e aulas suplementares de Português e Matemática.

O calendário escolar era marcado por festas e comemorações que regularmente, até 1974, se realizavam ao longo dos anos lectivos. Estas festas e comemorações

anuais foram das actividades que mais mobilizaram professores e alunos.

A recepção ao 1º ano revestia geralmente a forma de um convívio entre os novos alunos e os mais velhos (estes geralmente apadrinhavam os alunos mais novos), com a companhia dos professores e funcionários. A sessão solene de abertura das aulas era um dos acontecimentos marcantes do ano, para a qual se convidavam as autoridades locais e se faziam intervenções de balanço da actividade da escola e das expectativas para cada ano.

Outros momentos importantes ocorriam durante o mês de Dezembro. Os alunos-mestres desenvolviam actividades com as crianças das escolas de aplicação anexas para comemorar duas datas: o 1º de Dezembro, símbolo da independência da pátria, cujas cerimónias tinham uma forte componente patriótica, tal como acontecia com as comemorações do dia de Portugal, em 10 de Junho; o dia 8 de Dezembro, dia da padroeira Nossa Senhora da Conceição (recorrentemente designada por Imaculada Conceição) e também Dia da Mãe, que era festejada na Escola do Magistério e nas escolas anexas. A festa da Imaculada Conceição constituía uma elevada expressão do culto mariano, profundamente enraizado na cultura e nas práticas religiosas nacionais.

A época de Natal foi também um momento importante na Escola, simbolizando a congregação dos católicos e destacando-se realizações como a “Audição de Natais”, “Dialogação da Missa e Cânticos Tradicionais”, o “Presépio Monumental” e festividades que todos os anos eram realizadas nas escolas de aplicação anexas. Neste período natalício, mais do que em qualquer outra época do ano, evidenciavam-se as preocupações e as atitudes caritativas, assim como o ideal de serviço social, em termos de ajuda para com os mais necessitados (tanto no sentido físico, como no moral). Estas preocupações sociais, que assumiam a forma de práticas de caridade, tiveram uma particular expressão na distribuição de berços e enxovais, géneros e vestuário às famílias mais desfavorecidas. No caso dos enxovais, eram as alunas que os faziam, no âmbito da disciplina de Educação Feminina, para depois os distribuírem na altura do Natal.

As festas de Fim de Curso eram de grande importância para os alunos finalistas. Elas marcavam o fim do percurso de formação – a passagem de alunas a professoras – e incluíam rituais, como: a cerimónia de bênção e entrega das pastas, na Sé Catedral; a leitura da consagração, lida pelos alunos finalistas naquela cerimónia religiosa; o desfile, em procissão, das/os alunas/os finalistas, entre a Sé e a porta da Escola do Magistério, local onde era tirada a fotografia que juntava alunos e professores. As imagens destas cerimónias permitem visualizar o predomínio de finalistas do sexo feminino (como, aliás, acontecia com a generalidade do corpo discente), o uso da bata branca, símbolo da profissão, assim como do véu, no caso das raparigas, e ainda as pastas de finalistas, que eram um elemento fundamental neste dia memorável para os alunos-mestres. Previa-se ainda uma reunião com os familiares, para comemorar o fim do curso de cada aluno (que podia incluir um jantar). Houve anos em que a comunhão pascal surgia associada à missa de bênção

das pastas. Existiam outras cerimónias integradas nestas comemorações, como os programas e récitas culturais, as exposições de trabalhos realizados pelos alunos e ainda o baile de finalistas. Um elemento fundamental destas festas era o livro de fim de curso (Mogarro, 2001: 523-531), com os textos e caricaturas sobre cada um dos alunos finalistas.

Estes rituais representavam também uma iniciação à profissão e à condição de professor/a. As festas e comemorações eram acompanhadas de actos católicos – a presença da Igreja e da religião era permanente e não se concebia uma festa sem que essa dimensão fizesse parte do programa, de forma destacada. Assim, a celebração da missa surgia em quase todas as comemorações. Aliás, a entronização de crucifixos nas salas e noutras instalações ilustra exemplarmente esta presença constante do catolicismo.

Estas realizações eram regularmente noticiadas no jornal e na revista da Escola, *mais além*, havendo também múltiplos registos nas actas do conselho escolar que permitem conhecer o tipo e periodicidade destas iniciativas. Por seu lado, uma fonte importante de informação são também os convites e programas editados pela instituição para promover e divulgar as actividades científicas, culturais e festivas que decorriam ao longo do ano lectivo. De entre estes, e relativamente às actividades que se têm vindo a realçar, apresentam um especial cuidado gráfico os que divulgavam aos concertos musicais – concerto de música de ópera (11 de Dezembro de 1960) e concertos pela Orquestra de Câmara Gulbenkian (15 de Abril de 1967; 26 de Abril de 1969; 12 de Maio de 1972), os três últimos promovidos pelos alunos finalistas por ocasião da sua festa anual. Impressos em tipografia, em papel de melhor qualidade que o usual, o seu conteúdo desenvolvia aspectos relativos aos concertos e seus executantes. Significativamente, alguns destes documentos terminavam com uma figura, representando vários instrumentos musicais, tendo por baixo a seguinte inscrição: “Pela arte em Portalegre”, numa afirmação clara do empenho da instituição, da sua direcção, dos docentes e, de modo especial, dos alunos numa educação musical e no desenvolvimento de uma formação cultural que também passava, de forma especial, pela sua componente artística.

As fontes de informação que permitem conhecer este universo, que tem permanecido na sombra da vida das instituições, é diversificada e ultrapassa os documentos de arquivo que temos vindo a utilizar (Mogarro, 2006). As fotografias que foi possível reunir sobre esta Escola e as suas actividades são fundamentais para a compreensão dos actores educativos, das relações estabelecidas, das actividades, dos quotidianos, das normas e das regras (Mogarro, 2001). Por outro lado, as entrevistas que foram concedidas por vários directores, professores e alunas/os da mesma Escola esclareceram muitos aspectos do seu funcionamento e iluminaram dimensões mais obscuras dos processos formativos (Mogarro, 2001; 2005).

Outros acontecimentos tiveram um carácter mais esporádico, mas foram relevantes para a instituição. Foi o caso das Comemorações Henriquinas, em 1960, onde a problemática em torno do império atingiu um ponto alto, quando se fez

a homenagem ao Infante D. Henrique numa conferência proferida pelo professor Vasco Fortuna, do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Para além da sessão solene e da conferência, houve prémios para os melhores trabalhos elaborados pelos alunos e realizou-se uma exposição ultramarina com materiais e documentos sobre as colónias, assim como uma sessão cinematográfica sobre esta temática (*Mais Além!...*, n.º 3, 4 de Julho de 1960). Com o mesmo objectivo, a escola organizou, no ano seguinte, um curso de cultura ultramarina (*Mais Além!...*, n.º 9, Junho de 1961), com várias sessões temáticas, proferidas por diferentes especialistas, tendo as sessões decorrido em diversas localidades do distrito e não apenas na cidade de Portalegre. Anualmente, era tradicional comemorar-se, na Escola do Magistério e nas suas escolas anexas, a “semana do Ultramar” (*Mais Além!...*, n.º 19 e 20, Junho e Julho de 1962, p.1; *Mais Além*, n.º 5, 2.ª série, 1967, p. 32).

Também as conferências e palestras tiveram um lugar importante. Com conteúdos muito diferentes, como histórico-patrióticos, morais ou religiosos, destacam-se, contudo, as de conteúdo pedagógico, cultural e literário, e a tentativa de trazer à escola, para proferirem essas conferências, nomes conhecidos da cultura nacional e da pedagogia, como aconteceu com as intervenções de Hernâni Cidade, Vitorino Nemésio e Émile Planchard. A conferência de Planchard foi sobre o tema “Da variabilidade do comportamento infantil e das suas consequências na Educação e no Ensino” (*Mais Além!...*, n.º 11, Outubro de 1961, p. 2).

Outras iniciativas interessantes surgiram com a rádio escolar e as sessões de cinema, sendo estas últimas sido ocasionalmente “precedidas de uma crítica ao aproveitamento escolar e social dos alunos, dentro e fora da escola” (*Actas do Conselho Escolar. Livro 1: 1959-1981*, fl. 22 - Sessão de 6-10-1962). As projecções cinematográficas surgem com regularidade nas actividades da Escola, por vezes em colaboração com outras instituições educativas, como o Liceu.

Os passeios escolares e as visitas de estudo são outra das modalidades praticadas, notando-se a intensificação deste tipo de iniciativas nos finais da década de sessenta, início da de setenta, e com itinerários mais cuidadosamente definidos, em função de objectivos didácticos e culturais, como contacto e observação da natureza, conhecimento de fábricas, museus locais e nacionais, etc. As excursões a locais com interesse histórico, da região ou mais distantes, também se realizaram diversas vezes.

A Escola de Portalegre visitou outras escolas congéneres e recebeu também alunos e professores de outras instituições. Destaca-se, neste intercâmbio e contactos, a visita da Escola do Magistério de Cáceres, em Maio de 1962, que permitiu uma fraternal confraternização entre alunos e professores portugueses e espanhóis (*Mais Além!...*, n.º 18, Maio de 1962, p. 2).

As actividades no âmbito da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina surgiram, para além das horas semanais inscritas nos horários dos alunos-mestres, principalmente em articulação com as actividades que eram desenvolvidas, nas manhãs de sábado, com as crianças das escolas de aplicação

anexas. Comemorava-se anualmente o dia do lusito, designação dos mais novos elementos da organização Mocidade Portuguesa, sendo essa iniciativa acompanhada de manifestações de natureza patriótica e nacionalista. Nas suas actuações, o Orfeão da Escola entoava geralmente músicas e canções próprias destas organizações.

Também se enquadravam no âmbito da Mocidade Portuguesa as diferentes secções culturais que organizavam as iniciativas realizadas na Escola, que têm vindo a ser referidas (*Mais Além!*..., n.º 1 e n.º 19/11, 17 de Fevereiro de 1960 e Outubro de 1961). Os professores e alunos que asseguravam a organização e execução das actividades integravam-se nestas secções, que funcionavam sob orientação de um professor, embora o director exercesse uma supervisão hierarquicamente superior. No conjunto dessas secções destacavam-se as que eram responsáveis pelas Conferências, Jornal e Publicações, Música, Rádio e Cinema, Teatro (havia muitos saraus e récitas com representações dos próprios alunos e das crianças das escolas anexas; o teatro amador tinha um papel importante nesta Escola), Estética (secção que estava encarregada de embelezar as instalações escolares) e a secção Desportiva.

O desporto foi outra actividade que se praticou com alguma regularidade, sendo referidas a construção de um campo de voleibol e de duas mesas de ping-pong, assim como de balneários, e a participação em campeonatos e torneios de várias modalidades – especialmente das duas referidas e ainda de futebol.

Era dada uma atenção grande às actividades desenvolvidas com os alunos das escolas de aplicação anexas. Sublinhe-se a valorização que era feita das produções destas crianças, como os jornais escolares que se publicaram, os trabalhos que surgiram nas páginas de *Mais Além*, as festas nas escolas anexas, nas várias datas que eram tradicionalmente comemoradas e marcavam o calendário escolar, a exposição de desenhos e trabalhos infantis. Curiosamente, a exposição de desenho infantil promovida pelo Grupo Amiticia, em 1962, realizou-se na Escola do Magistério Primário de Portalegre.

Nesta Escola estiveram em actividade movimentos de natureza religiosa, de que os mais significativos foram as Conferências de S. Vicente de Paula e a Legião de Maria, que desenvolviam uma participação activa dos alunos em actividades de apoio social aos estratos mais desfavorecidos da população. No entanto, outras organizações católicas tiveram um lugar importante na vida dos alunos-mestres, apesar de não estarem em actividade na Escola, como o Movimento GRAAL e a JEC, a organização da juventude estudantil católica. Principalmente o primeiro, desenvolveu importantes acções de desenvolvimento local com a comunidade, envolvendo pessoas da Escola do Magistério.

De entre os encontros em que a Escola participou, realçou-se o que se realizou em 1969, em Vila Viçosa, juntando os alunos finalistas e os professores das escolas do magistério da região sul, com a presença do ministro da Educação Nacional, José Hermano Saraiva. Os alunos da Escola apresentaram algumas actividades de carácter cultural e artístico e foi sentido com particular agrado o testemunho do

ministro que afirmou “que a carreira do professorado vale hoje mais do que nunca e terá grande projecção no futuro” (*Mais Além*, n.º 6, 2.ª série, 1968/69, p. 39).

Nos anos que imediatamente se seguiram à revolução de Abril de 1974 é difícil distinguir as fronteiras de um ensino informal, que estas actividades circumescolares ou extracurriculares configuravam, e um ensino formal que a estrutura disciplinar corporizava. As actividades de contacto e as semanas de campo, os seminários, as disciplinas optativas, os trabalhos de investigação sobre novas teorias e práticas pedagógicas, a experimentação de novos métodos criavam espaços interdisciplinares que esbatiam as fronteiras entre o ensino formal e informal e muitas vezes incorporavam actividades de animação cultural e desportiva (*Relatório. Escola do Magistério Primário de Portalegre. Ano Lectivo de 1974/75.*).

Ao longo da segunda fase da Escola foi-se esbatendo o tipo de entusiasmo que havia orientado a actividade desses dois anos que se seguiram à revolução, mas as iniciativas de carácter não escolar foram sendo desenvolvidas. Elas deixaram de ocupar um lugar central na gestão da Escola e esse facto conferiu-lhes um carácter dispersivo; aliás, as informações surgem principalmente entre a correspondência da instituição, o que acentua o carácter difuso dessa memória.

As actividades mais informais desenvolvidas na Escola após 1974 estão também, em muitos casos, ligadas à existência da associação de estudantes, que tinha programas de rádio e editou um jornal. O cinema continuou a ser motivo de atenção, sendo pedidos a várias embaixadas filmes para serem projectados na Escola. As actividades desportivas também tiveram um lugar importante, com a participação dos alunos em torneios de futebol e de andebol, entre outros. Realizavam-se com certa regularidade visitas de estudo, quer a regiões e localidades (Madeira, Lisboa, Porto), quer com o objectivo de visitar instituições de interesse, como o Instituto de Tecnologia Educativa e o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira.

As comemorações de carácter internacional, que tinham o objectivo de promover o exercício da cidadania e sensibilizar para problemas do mundo contemporâneo, iniciando a emergência de temas próprios da era da globalização e de temáticas transversais aos vários espaços geográficos, foram assinaladas pela Escola do Magistério, como o Dia Mundial da Criança ou o Dia Mundial do Ambiente.

Embora com uma natureza muito diferente e ocupando, na vida escolar, posições de desigual relevo, as actividades designadas por circum-escolares ou extracurriculares tiveram continuidade, da fase vivida sob o Estado Novo para os anos de regime democrático. Passados os anos iniciais da democracia, houve mesmo a recuperação de algumas das modalidades que tinham caracterizado o período anterior e que tinham desaparecido na fase revolucionária, como a festa de finalistas e as manifestações que a integravam.

Registe-se que em 1985 a Escola do Magistério Primário de Portalegre festejou os 25 anos, num acto comemorativo que reafirmava a importância da sua actividade como entidade formadora de professores e como instituição activa na cidade, a qual tinha pedido de forma veemente a criação da Escola mais de um quarto de século antes.

Os actores, as normas e as práticas no quotidiano escolar

Foram os actores educativos que marcaram a vida da instituição e a configuração que ela assumiu dependeu das actividades, atitudes e comportamentos de professores, alunos e funcionários ao longo dos seus anos de existência. Na fluidez contínua do quotidiano, na regularidade das rotinas diárias que estes personagens viveram, é possível apreender traços que nos revelam uma realidade invisível (uma parte do currículo oculto) e que ficaram inscritos nos múltiplos discursos que a escola produziu sobre o seu funcionamento, assim como estão presentes nas memórias dos próprios actores educativos.

Relativamente ao corpo docente, as referências são numerosas e, se atendermos aos aspectos que o conselho escolar realçou, elas decorrem por vezes de situações de excepção que merecem registo, como as faltas à reunião do conselho, geralmente justificadas por motivos de serviço profissional, quer em instituições de outros graus de ensino (a que os professores, de facto, pertenciam) quer por participação em júris de exame, concursos ou outras actividades docentes não lectivas.

No início de quase todos os anos lectivos os docentes eram saudados pelo director, que lhes agradecia a colaboração do ano transacto e a forma eficiente como as actividades da escola tinham decorrido (esta saudação podia ser feita também no final do ano). Nas actas do conselho escolar registavam-se estes momentos formais, o que revela a importância que, até 1974, lhes era atribuída. Quando iniciavam as suas actividades na escola, também na primeira reunião do conselho em que participavam eram saudados e felicitados, de forma individualizada, em relação aos mais antigos; quando deixavam a escola para exercer outras funções (docentes ou não), o conselho lavrava um voto de louvor, registado em acta, pela eficiente colaboração prestada durante o exercício da actividade profissional na instituição. O mesmo tipo de voto era concretizado quando os docentes prestavam provas para progredir na carreira, eram convidados para outros cargos ou para estágios e cursos no estrangeiro.

No período que estamos a considerar, os primeiros quinze anos da escola, estas iniciativas partiam geralmente do director, mesmo que algum desentendimento tivesse havido entre ele e o professor mencionado. Era como que uma norma que se praticava na escola, formalizando as relações entre os docentes e, simultaneamente, conferindo-lhes consistência através destas atitudes que se assemelhavam a rituais profissionais, onde a cortesia também estava presente. A instituição identificava-se com os sucessos dos seus professores, em percursos de prestígio para a instituição e que, por isso, mereciam ficar registados.

Assim, as relações que existiram entre os docentes, e entre estes e o director, foram caracterizadas por uma normalidade construída com os aspectos acima referidos. As funções estavam bem definidas e havia confiança e consensualidade entre os professores. Curiosamente, a conflitualidade que em alguns momentos ficou expressa, foi entre o director e o professor de Moral, que era indicado pela autoridade eclesiástica e dela dependia. A ausência deste professor em algumas

reuniões do conselho escolar, por causa de tarefas na diocese, abriu um conflito com o director e assumiu-se como uma afirmação da autonomia do poder religioso face ao poder temporal.

Tal esclarecimento não impediu que o [professor de Moral] (...) abandonasse a sala de trabalho, perante a admiração e reprovação do Conselho Escolar. O senhor Director ficou perturbado e após alguns momentos disse que não estranhava a atitude do Rev.º Padre (...) porque ela vinha corroborar a ideia por ele já muitas vezes manifestada, ao nível de gabinete, de que a acção e as obrigações do professor de Moral, eram completamente independentes do enquadramento nas actividades gerais da Escola e por tal não necessitando da aquiescência e controle da direcção da mesma (...) pelo acto praticado demonstrou (...) que se julga completamente independente da jurisdição do director e, portanto, sem obrigatoriedade do respeito pela hierarquia da Escola e do cumprimento dos deveres legais que são impostos aos restantes professores (*Actas do Conselho Escolar. Livro 1: 1959-1981*, fl. 35 - sessão de 17-12-1964).

O director não deixaria de reforçar a ideia que “este caso de indisciplina” tinha já uma longa história de desentendimentos; verificando a ineficácia de esclarecimentos que tinha dado anteriormente ao professor em causa, informou ir remeter o caso para julgamento superior, no caso o bispo de Portalegre e o director geral do Ensino Primário. O professor de Moral viria a retractar-se por escrito, invocando desconhecimento da legislação, reuniões importantes na diocese, em simultâneo com a reunião de que se tinha ausentado, e afirmando que nunca “tive intenção, nem sequer tive tentação, foi de desrespeitar a autoridade do Senhor Director” (*Actas do Conselho Escolar. Livro 1: 1959-1981*, fl. 36v - sessão de 22-12-1964).

O director via a sua posição reconhecida publicamente, no que se pode considerar como uma vitória do poder político sobre a autoridade religiosa.

No entanto, a Igreja tinha uma forte influência no interior da instituição escolar, como se revelou no caso de um baile incluído no programa de festas dos alunos finalistas. O conselho escolar aprovou esse programa, que já tinha seguido para as instâncias superiores, numa das suas sessões, quando o professor de Moral considerou que a realização de um baile configurava eventuais situações pecaminosas.

Em complemento de reparos feitos já no dia anterior, o Senhor Professor de Moral levantou algumas objecções à integração dum baile no programa das festas. Entre várias outras razões, salientou que, em seu entender, um baile é sempre uma ocasião próxima do pecar, apresentando-se-lhe como não aconselhável a sua inclusão no programa que se propunha levar a efeito.

O conselho, dirigido pelo professor Mário de Castro Hipólito que, no período de transição entre o primeiro e segundo directores dirigia, interinamente, a Escola, aprovou a realização do baile, pois

Os cuidados de organização e direcção que a Escola poria neste número do programa, que não havia que confundir com qualquer [outro] baile, [levou a] darem todos os restantes Professores do Conselho a sua adesão à realização do número em discussão. Saliente-se que não havia razões para em princípio desconfiar dos nossos alunos e que o baile teria a presença dos Senhores Professores, Pais e outros familiares dos alunos. (*Actas do Conselho Escolar. Livro I: 1959-1981*, fl. 17 - sessão de 8-05-1962)

Esperava-se que o baile “decorresse com absoluta elevação”, até porque estava prevista a preparação dos alunos, previamente, pelos professores (nomeadamente pelo de Moral). No entanto, o baile não se realizaria. O bispo, que devia presidir aos actos religiosos incluídos no programa, recusou amavelmente, afirmando estar em vigor uma disposição que impedia a inclusão de cerimónias religiosas em programas festivos que tivessem bailes. Este motivo, aliado a outras circunstâncias de natureza financeira e de tempo, levaram à anulação do programa de festas (idem, fls. 18-18v - sessão de 15-05-1962), que ficou reduzido ao acto religioso da comunhão pascal e da consagração do curso.

Se em questões de natureza educativa e administrativa o director afirmava de forma consistente a sua autoridade face à Igreja, em problemas de ordem moral era muito difícil contornar o julgamento eclesiástico, nesta matéria. Os professores, com uma opinião divergente, não tiveram capacidade para impor a sua perspectiva à da que tinha sido tomada pelo docente de Moral.

Na fase que se iniciou em 1974 mudaram radicalmente as preocupações do corpo docente, assim como a natureza do seu relacionamento. Nos dois anos seguintes, os professores foram chamados a desempenhar novos papéis, em consonância com os tempos que se viviam.

No que respeitava aos alunos-mestres, estes eram o público-alvo de toda a actividade desenvolvida e, como actores educativos, diluíam-se em muitas situações onde a sua presença estava implícita, mesmo que a eles não houvesse referências directas. Delineado o perfil do futuro profissional desde o início da escola, o aluno-mestre devia aproximar-se desse mesmo perfil, desempenhar as suas tarefas e manter o comportamento que se lhe exigiria no final do curso. Assim, eram referidos porque eram os melhores e mereciam os prémios atribuídos, ou, por outro lado, haviam-se desviado negativamente do perfil traçado e exigia-se que a escola, através do director ou dos professores, actuasse de forma a corrigir esse comportamento reprovável ou a fraca aplicação ao estudo.

A disciplina era uma questão central na vida escolar e no processo de formação. Os dispositivos disciplinares eram constituídos por um conjunto de normas e práticas que regulavam o quotidiano escolar; permanentemente se fazia apelo à disciplina, nomeadamente no cumprimento dos deveres, na execução das tarefas, em todos os domínios da vida pessoal, social e profissional. Tinha-se como objectivo disciplinar os comportamentos, disciplinar as atitudes, disciplinar os corpos, disciplinar as consciências.

Em primeiro lugar, era ao director que competia zelar pela disciplina na escola; mas também o conselho escolar se preocupava com esses aspectos, até porque aos seus membros competia apreciar o comportamento dos alunos, como parte integrante da sua avaliação.

Os princípios disciplinares impregnavam toda a vida escolar. Logo no início do funcionamento da Escola houve uma grande insistência para que os alunos fossem pontuais na sua entrada para as aulas, considerando-se incompreensível que, apesar de todos os esforços junto dos professores (para que marcassem faltas) e dos alunos, se mantivesse uma “falta de pontualidade” que era considerada uma “lamentável falta de disciplina” (“Ordem de serviço de 23 de Janeiro de 1961”, in *Convocatórias. 1959-1962*). A pontualidade era um dos deveres fundamentais dos professores e era uma componente basilar da formação do carácter.

O forte controle que se exercia quotidianamente tinha como efeito dissuadir comportamentos de transgressão face às normas estabelecidas. Esta parece ser a razão fundamental para o número reduzido de problemas disciplinares que foram registados, tanto nas actas do conselho escolar como nos testemunhos dos actores educativos.

Uma situação disciplinar considerada de “extrema gravidade” ocorreu com uma “aluna [que] riscou abusivamente uma falta que lhe havia sido marcada numa aula”, quando já estava excluída por faltas. A natureza política, que este controle disciplinador também tinha, evidenciou-se no caso de um aluno que tinha um comportamento, fora da escola, que preocupava o director (que repetidas vezes lhe chamara a atenção para essa situação) e os professores do conselho escolar, pois “A sua convivência com determinado indivíduo que vive nesta cidade é certamente comprometedora dos valores superiores que norteiam a acção educativa da Escola Portuguesa e em especial da Escola Primária, pois se trata de uma pessoa cuja formação política nega a legitimidade desses mesmos valores.” (*Actas do Conselho Escolar. Livro 1: 1959-1981*, fl. 5 - sessão de 17-02-1961). Relativamente a este caso, que mereceu “particular interesse”, foi decidido que o director voltasse a falar com o aluno, de forma a este ser convenientemente esclarecido e ter a oportunidade “de reconsiderar e de nortear a sua atitude pelo modelo do professor primário que as nossas tradições e as necessidades actuais impõem” (*Actas do Conselho Escolar. Livro 1: 1959-1981*, fl. 5). Os professores do conselho escolar tomaram em consideração que o aluno ainda era relativamente jovem e inexperiente e, por isso, não lhe aplicaram medidas punitivas, permitindo-lhe continuar o seu percurso académico; considerou-se a acção persuasiva do director como a medida disciplinar a aplicar, confiando-se que era de intensidade suficiente para levar o jovem aluno ao bom caminho.

Uma outra situação disciplinar teve um conteúdo religioso, pois um aluno assumia-se como “protestante confesso” e a sua

presença na Escola tem escandalizado as turmas a ponto de uma aluna se ter levantado numa aula, perguntando à Senhora Professora de Psicologia se

esse rapaz poderia alguma vez na vida ser um professor sincero, cumprindo bem o programa da Escola Primária. O Senhor Professor de Educação Moral e Cívica termina pedindo para que se insista para o Ministério da Educação Nacional pela solução deste caso (*Actas do Conselho Escolar. Livro 1: 1959-1981*, fl. 6 - sessão de 27-02-1961),

A indissociável ligação entre a religião católica e o ensino expressava-se mais uma vez, nesta situação, sendo a formação católica considerada a componente essencial do perfil do professor. Está-se perante uma concepção que os alunos-mestres revelavam de forma clara, não apenas na intervenção desta aluna acerca do seu colega mas também nas publicações da autoria de estudantes que foram analisadas.

Os comportamentos e as atitudes morais foram as causas que em maior número marcaram as ocorrências disciplinares. Assim, dois outros casos tiveram a ver com comportamentos considerados menos correctos, do ponto de vista moral, por parte de duas alunas, que viriam a reprovar. Um dos casos foi registado deste modo:

Desde há tempos que esta aluna vinha procedendo pouco de acordo com o mínimo exigível a uma futura educadora - o que era do conhecimento público, dado que a mesma nunca quis acatar os conselhos que por várias vezes lhe foram dados pelo Senhor Director. Este, várias vezes a chamou à sua presença, procurando, dentro dos mais sãos princípios que norteiam uma Escola do Magistério Primário, fazer-lhe ver quanto o seu procedimento pessoal afectava a Escola e a própria dignidade da aluna, mas sempre sem resultado, pois esta jamais acatou ou pôs em prática tais conselhos (*Actas do Conselho Escolar. Livro 1: 1959-1981*, fl. 5, fl. 31v. - sessão de 30-07-1964).

Como os pais da aluna, apesar de contactados, não se manifestaram junto da instituição, o conselho escolar decidiu reprová-la, “a bem do prestígio da Escola” (*Actas do Conselho Escolar*, fl. 32).

O outro caso foi da mesma natureza. Considerando reprovável o comportamento de uma aluna, o conselho escolar decidiu, no final do terceiro semestre reduzir as respectivas notas de aproveitamento

Segundo proposta do Director da Escola, aceite pelo conselho escolar, por motivo de comportamento, dada também a sua irregular frequência às aulas durante todo o semestre agora findo e ainda por motivos que fizeram levantar a dúvida de rejeição do pedido de justificação de faltas que se entendeu não ser legítimo (...) A causa das faltas da aluna está intimamente ligada ao seu comportamento e à sua conduta sociais, provocando por vezes a reacção de todo o corpo discente e docente da Escola. (*Actas do Conselho Escolar*, fls. 61-61v - sessão de 27-02-1971).

O conselho escolar não procedeu disciplinarmente contra esta aluna porque esse foi o pedido expresso das suas colegas e porque se entendia estar “a

processar-se uma recuperação que é do agrado de todo o conselho escolar”. Ao reduzirem-lhe as notas pretendiam que ela sentisse “os resultados negativos do seu desinteresse e simultaneamente consciencializá-la dos princípios deontológicos que um educador tem de ter sempre presentes”. Esperava-se assim que ocorresse uma recuperação até final do ano lectivo, pois que a aluna apresentava “reais possibilidades intelectuais e humanas” (Idem, fl. 61v). Essas expectativas não se concretizaram e no Exame de Estado esta aluna reprovou, sublinhando-se então “a apresentação pouco decorosa e dignificante da candidata perante o júri” (*Actas do Conselho Escolar*, fls. 63v-64 - sessão de 30-07-1971).

As ocorrências disciplinares foram significativas pela sua natureza, e pelo rigor com que eram julgados na época, mas de reduzida expressão em termos do seu número. Constituem mesmo casos esporádicos, mas com impacto, que mereceram registo e permaneceram na memória dos actores educativos. Nestes casos revelou-se também o forte controle social e a utilização de mecanismos de dissuasão que conduzissem eventuais transgressões ao caminho de uma normalidade regularmente praticada. Antes de mais, o director conversava com os elementos que saíam dessa normalidade, depois, se tal não resultasse, aplicavam-se sanções de menor intensidade (como reduzir as notas); se, apesar destes avisos, o/a transgressor/a insistisse num comportamento inadequado e censurável seria reprovado ou teria mesmo de abandonar a Escola.

Não foram só os alunos que tiveram problemas desta natureza. O caso do alegado envolvimento de um professor com uma aluna não ficou registado, mas ficou na memória das pessoas ligadas, nessa época, à Escola. O professor abandonou a instituição e a aluna transferiu-se para outra escola; o caso não ganhou maiores proporções, foi mesmo silenciado, mas, da mesma forma vigilante, foi mantido o bom nome da instituição em conformidade com os valores morais da época.

Esta ocorrência demonstra que só os casos mais problemáticos ficaram registados nos documentos da instituição. Outros terão acontecido, mas não emergiram para níveis de maior visibilidade porque a solução foi encontrada com o desencadear dos níveis mais simples de dissuasão, ou permaneceram na penumbra, ou foram silenciados, como o caso que envolveu aquele docente.

Existia, assim, uma pedagogia da inclusão permanentemente exercida. As transgressões só eram assumidas como tal quando os desvios de comportamento à normalidade estabelecida se tornavam mais evidentes, sendo então necessário aplicar punições; estas iam sendo mais intensas, à medida que o transgressor insistia no seu comportamento censurável. Esta pedagogia da inclusão tinha uma função fortemente integradora e socializadora e o seu objectivo era, exactamente, a manutenção da normalidade. Uma normalidade que se configurava no modelo de professor e no comportamento e atitudes exemplares que devia ser evidenciado pelos docentes e pelos alunos que se preparavam para o ser.

Estava-se em plena sociedade disciplinar, no sentido que Michel Foucault (1996; 1975) lhe atribuiu, em que cada um dos seus elementos devia saber o lugar que ocupava e dominar a gramática de procedimentos a executar naquele que era o

seu espaço específico (e bem delimitado) de acção.

Ao nível dos aspectos mais concretos e visíveis, também havia a imposição da normalidade; por isso, a forma como os alunos se apresentavam era vigiada. O director Joaquim Pathé sublinhou (Mogarro, 2001) a importância da compostura na apresentação dos alunos e a formação que a Escola lhes dava nesta dimensão – quando o curso terminava, deviam saber apresentar-se como umas senhoras e uns senhores, de forma a manterem a dignidade da profissão nas suas relações sociais. As questões de higiene e de um escrupuloso asseio e apresentação também eram sublinhados relativamente à imagem que o professor transmitia.

Nesta dimensão mais prática, o uso da bata branca tornou-se um símbolo. Exigia-se que fosse usada, obrigatoriamente, no interior da escola; também o era no percurso casa – escola, nos primeiros anos de funcionamento da instituição. A bata constituía um símbolo da profissão, devendo apresentar-se escrupulosamente limpa, mas assumia também uma função social – era um instrumento nivelador, que dominava a imagem física da aluna e do aluno e que ocultava o vestuário, anulando assim traços distintivos que indiciavam, muitas vezes, as diferenças sociais e os níveis de riqueza.

As atitudes deveriam evidenciar o comportamento exemplar que se requeria aos professores, os quais se apresentavam à comunidade como modelo dos mais elevados valores patrióticos, sociais e morais. Por isso, o controle disciplinar sobre os alunos e professores exercia-se para além do espaço escolar, como testemunhos de vários actores educativos evidenciaram. Existia um “território delimitado”, localizado na Praça do Município (largo onde se localizava a Escola), e onde as raparigas não podiam manter conversações com pessoas do sexo oposto, sob pena de serem vigiadas pelo director, ou a ele denunciadas, e, em consequência, sofrerem uma admoestação por estarem a namorar em público.

Este prolongamento da acção formadora para além do espaço escolar também teve expressão no contacto regular que havia com as famílias das alunas e alunos, relação essa facilitada por decorrer num meio pequeno, onde quase toda a gente se conhecia, ou se estabeleciam contactos rapidamente. Houve um especial cuidado de integrar na acção da Escola os alunos que se deslocavam de outras localidades e se alojavam em Portalegre, integrando na rede de contactos as pessoas que os hospedavam.

Conclusão

A dimensão moral, em que se controlavam os comportamentos para formar as consciências, surgia indissociavelmente ligada à religião católica. A vida escolar esteve fortemente impregnada, em todas as suas componentes, de uma moral totalmente sujeita aos valores do catolicismo, como sublinhámos em vários momentos. Por isso, a indissolúvel relação da moral com a religião condicionou também, fortemente, a formação profissionalizante que era a razão de ser da escola e impediu, nesta

instituição como em todo o país, até 1974, o desenvolvimento de uma moral e de uma ética autónomas, que assumissem uma natureza especificamente profissional e independente da religião.

As medidas que a instituição, principalmente através do director, meticulosamente elaborou para os seus alunos “aprenderem a profissão” não deixa de revelar um paternalismo, que se encontra subjacente nas orientações formuladas sobre as relações entre o professor e os alunos, e destes com as crianças das escolas que iam ensinar. Um paternalismo vigilante, cioso da consecução dos objectivos institucionais, quer no que se referia à qualidade dos profissionais formados pela Escola (é recorrente, nos diversos discursos dos actores educativos, a afirmação de que os alunos desta Escola eram os melhores), quer na vigilância e prática de mecanismos de dissuasão, relativamente a eventuais desvios de uma normalidade laboriosamente elaborada e difundida. Pretendia-se, fundamentalmente, a construção e preservação de uma imagem de bons costumes e comportamentos exemplares, de forma a conservar o prestígio social da Escola.

Só após Abril de 1974 houve condições para a moral se autonomizar da religião católica e se desenvolver em torno dos valores democráticos. As aprendizagens e prática desses valores e as vivências democráticas que caracterizaram o segundo período da Escola articularam-se com as novas formas de participação na vida escolar. As actividades extracurriculares passaram a ser desenvolvidas pelos estudantes, nomeadamente pela sua associação, muitas vezes com a participação dos professores.

Este foi também um tempo de forte contestação aos aspectos que tinham marcado mais significativamente o período anterior. A recusa das normas e das regras com que se havia imposto um ambiente disciplinar na Escola acompanhava a recusa do regime político salazarista, numa identificação da dimensão nacional e das vivências locais. Os valores mudaram, as formas de relacionamento entre os actores educativos alteraram-se, os modos como as pessoas se apresentavam, os seus comportamentos e atitudes quiseram ser radicalmente diferentes. Privilegiou-se o princípio fundamental da liberdade e esta começava por ser exercida a nível pessoal e depois nos contactos interpessoais. Estava em construção uma nova sociedade e novas formas de relacionamento.

Foi também um período que marcou o relacionamento entre os diferentes actores educativos num sentido fortemente positivo – porque foi “uma Escola onde era bom estar” e as pessoas se sentiam confortáveis nos seus contactos profissionais quotidianos.

Neste nível da vida escolar, as ideias dominantes dos dois regimes políticos que vigoraram tiveram uma presença inquestionável e fortemente condicionante. Mas foi também neste espaço que se encontraram os actores educativos, que se desenvolveram múltiplas actividades, que se estabeleceram relações de comunicação e de poder entre eles – foi o espaço onde ganharam sentido os percursos de formação dos alunos e a actividade profissional dos docentes.

Referências Bibliográficas

- Actas do Conselho Escolar. Livro 1: 1959-1981.* Escola do Magistério Primário de Portalegre. AEMPP – Arquivo da Escola do Magistério Primário de Portalegre.
- Actas do Conselho Escolar. Livro 2: 1981-1989.* Escola do Magistério Primário de Portalegre. AEMPP – Arquivo da Escola do Magistério Primário de Portalegre.
- Convocatórias. 1959-1962. [Dossier].* AEMPP – Arquivo da Escola do Magistério Primário de Portalegre.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir.* Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1996). *Tecnologías del yo.* Barcelona: Paidós.
- Mais Além!...,* n.º 1 a n.º 19/20, 17 de Fevereiro de 1960 a Junho/Julho de 1962.
- Mais Além,* n.º 1 a n.º 7 (2.ª série), 1962/63 a 1970.
- Mogarro, M. J. (2001). *A formação de professores no Portugal contemporâneo – a Escola do Magistério Primário de Portalegre.* Tese de doutoramento. Universidade da Extremadura, 2 volumes.
- Mogarro, M. J. (2005). Memórias de professores: discursos orais sobre a formação e a profissão. *História da Educação*, ASPHE, Pelotas, n.º 17, Abril-2005, pp. 7-31.
- Mogarro, M. J. (2006). Archives and Education. The construction of educational memory. *Sisifo. Educational Sciences Journal*, 1, pp. 73-84. Retrieved [month, year] from <http://sisifo.fpce.ul.pt>
- Programas e Convites [pasta].* AEMPP.
- Relatório. Escola do Magistério Primário de Portalegre.* Ano Lectivo de 1974/75. AEMPP – Arquivo da Escola do Magistério Primário de Portalegre. .